

**2. CENTRO SOCIAL DA PARÓQUIA DE NOGUEIRA –
LICENCIAMENTO DE OBRAS DE REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO
DO EDIFÍCIO DA CRECHE, ATL, CENTRO DE DIA E APOIO
DOMICILIÁRIO SITUADO NA RUA DA IGREJA DA UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE NOGUEIRA FRAIÃO E LAMAÇÕES:**

Da **DMUOP** submetendo à consideração do Executivo, a operação urbanística mencionada em epígrafe (nos termos do artº. 75º, nº. 3, alínea d) do Regulamento do PDM), com informação circunstanciada. Tem informação favorável da Divisão de Mobilidade.

Despacho
O Vereador
(Miguel Bandeira)

Data: __/__/__

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento
(António Zamith)

Data: __/__/__

A Chefe da Divisão de Gestão Urbanística

Data: 14/11/2020

Antecedente processual n.º12673/1996

Processo n.º2179/2020

Registo E/55980/2020

Requerente: Centro Social da Paróquia de Nogueira

Local: Rua da Igreja – União das Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações

Assunto: Licenciamento de obras de remodelação e ampliação / Resposta ao ofício n/ ref.º24544/2020 de 12.11.2020

Técnico responsável: Ilídio Sousa

Informação: 66142

Data: 14/12/2020

1. Caraterização do pedido

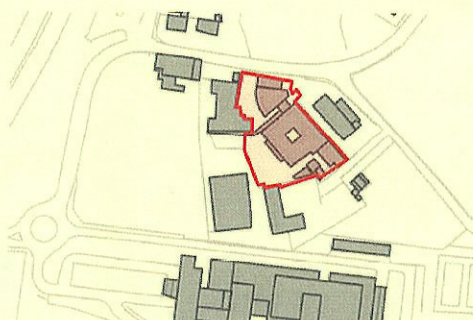
1.1. Centro Social da Paróquia de Nogueira, vem, através de requerimento submetido online em 04.12.2020 registado sob o E/55980/2020, apresentar documentação que visa dar resposta ao teor da informação 60314 de 11.11.2020, transmitida através do ofício n/ ref.º24544/2020 de 12.11.2020, para efeitos do disposto no artigo 121.º do *Código do Procedimento Administrativo* na sequência da intenção de indeferir o pedido apresentado em 26.08.2020 registado sob o E/37059/2020.

1.2. A projeto de arquitetura submetido à apreciação visa o licenciamento de obras de remodelação e ampliação de edifício licenciado pelo alvará de autorização de utilização n.º149, emitido em 28.07.2008, destinado a "Centro Social da Paróquia de Nogueira – Edifício da Creche, ATL, Centro de Dia e Apoio Domiciliário" com vista à redefinição da capacidade das respostas sociais da Creche e do Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL) serviços que atualmente já são praticados em exclusivo no imóvel.

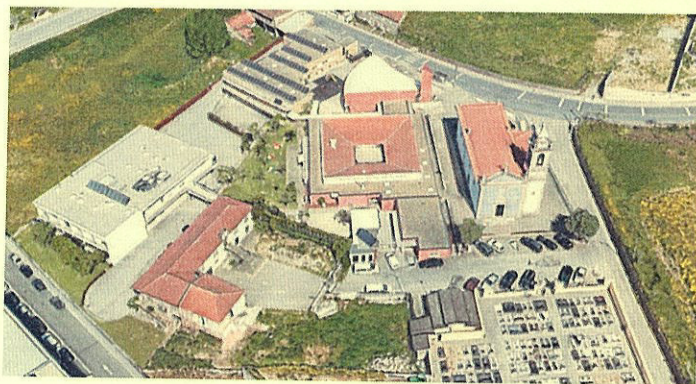
1.2.1. A operação urbanística visa igualmente a realização das obras de adaptação do edifício às *normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada*, publicadas em anexo ao Decreto-Lei n.º163/2006, de 8 de agosto.



Imagem de satélite – Google Earth



Extrato da planta de localização



Imagens de satélite 3D – Google Earth Pro

1.3. A operação urbanística enquadra-se no regime de *licença administrativa* conforme artigo 4.º, n.º2, alínea c), do *Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação* (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, em articulação com o Decreto-Lei n.º64/2007, de 14 de março, na sua atual redação, diploma que aprovou o *regime de licenciamento e de fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social*.

1.4. O imóvel, que se passa a designar por **Edifício A**, está descrito na **1.ª Conservatória do Registo Predial** sob o n.º451/19891206 e inscrito na matriz urbana n.º2142, com a área total de 2.700,00m², a favor do Centro Social da Paróquia de Nogueira, e integra um conjunto de mais três edifícios, nomeadamente:

1.4.1. Edifício B – Descrito na **1.ª Conservatória do Registo Predial** sob o n.º2076/20100209 e inscrito na matriz urbana n.º2986-P, a favor da Fábrica da Igreja Paroquial de S. João Batista de Nogueira ou Benefício Paroquial da Freguesia de Nogueira - Destinado a *Escola Primária* (Fração A) e *Serviços de Apoio à Paróquia* (Fração B) – Licenciado, respetivamente, pelo alvará de autorização de utilização n.º99 emitido em 04.05.1999 e pelo alvará de autorização de utilização n.º95 emitido em 02.03.2012 - Processo n.º13166/2001.

1.4.2. Edifício C – Descrito na **1.ª Conservatória do Registo Predial** sob o n.º1638/20070313 e inscrito na matriz urbana n.º3942-P, a favor do Centro Social da Paróquia de Nogueira – Instituição Particular de Solidariedade Social - Destinado a *Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Centro de Dia* – Licenciado pelo alvará de autorização de utilização n.º42 emitido em 11.04.2016, com averbamento da resposta social de *Centro de Dia* por despacho de 04.09.2019 - Processo n.º7113/2007.

1.4.3. Edifício D – Descrito na **1.ª Conservatória do Registo Predial** sob o n.º1717/20070724 e inscrito na matriz urbana n.º38, a favor da Fábrica da Igreja Paroquial de S. João Batista de Nogueira ou Benefício Paroquial da Freguesia de Nogueira - Destinado a *Casa Paroquial - Património Arquitetónico Inventariado - Casa da Facha* - Construção anterior à entrada em vigor do *Regulamento Geral das Edificações Urbanas* (RGEU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º38 382, de 7 de agosto de 1951.



Localização dos edifícios identificados em 1.4.

1.5. Através de requerimento registado em 28.08.2020 sob o E/373269/2020 foi solicitada a **isenção da taxa de entrada dos pedidos e de todas as taxas e outras receitas municipais**, o qual aguarda análise do serviço competente.

2. Instrução

O processo está corretamente instruído.

3. Legislação aplicável à atividade objeto de licenciamento

3.1. Decreto-Lei n.º64/2007, de 14 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º99/2011, de 28 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º33/2014, de 4 de março, diploma que define o *regime de licenciamento e de fiscalização da prestação de serviços e dos estabelecimentos de apoio social, em que sejam exercidas atividades e serviços do âmbito da segurança social relativos a crianças, jovens, pessoas idosas ou pessoas com deficiência, bem como os destinados à prevenção e reparação das situações de carência, de disfunção e de marginalização social, estabelecendo ainda o respetivo regime sancionatório.*

3.1.1. De acordo com o artigo 7.º, n.º2, do referido diploma as alterações a efetuar estão sujeitas a pareceres favoráveis, vinculativos, do Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.), da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) e da Autoridade de Saúde (ARS Norte), os quais são anexos ao processo.

3.2. Portaria n.º262/2011, de 31 de agosto, alterada pela Portaria n.º411/2012, de 14 de dezembro - *Estabelece as normas reguladoras das condições de instalação e funcionamento da creche, quer seja da iniciativa de sociedades ou empresários em nome individual, quer de instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas e outras de fins idênticos e de reconhecido interesse público.*

3.3. Despacho Normativo 96/89, de 21 de outubro – *Normas Reguladoras das Condições de Instalação e Funcionamento dos Centros de Atividades de Tempos Livres com fins lucrativos*

4. Pareceres de Entidades Externas

4.1. Instituto da Segurança Social, I.P. (ISS, I.P.) – Ofício ref.ºNAGPGI de 29.07.2020

Parecer técnico favorável “ (...) condicionado ao projeto de licenciamento da alteração de um edifício, com as respostas sociais de Creche e Centro de Atividades de Tempos Livres para uma capacidade de respetivamente 84, e 50 utentes, devendo ser dado cumprimento às condições referidas no ponto 2 do presente parecer, nomeadamente a instalação dos meios complementares de renovação do ar dos espaços, fica também condicionado aos pareceres dos serviços competentes da Autoridade de Saúde e da ANEPC relativamente às alterações ao edificado em causa, bem como relativamente à capacidade proposta.

Salienta-se, contudo, que o presente parecer não dispensa a verificação pelas demais entidades (setoriais) competentes do cumprimento das normas aplicáveis, nomeadamente das que dispõem sobre segurança contra riscos de incêndio, higiene e saúde, urbanização e edificação.”

4.2. Autoridade de Saúde (ARS Norte) - Ofício ref.ª241/2020 de 07.07.2020

Parecer favorável sobre o projeto de remodelação e ampliação de edifício na sequência do “*parecer sanitário prévio*” solicitado diretamente pelo requerente.

4.3. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) – Informação ref.ª INF/5430/CDOS03/2020 de 29.04.2020 - Processo n.º854296 de 08.02.2020 - Parecer favorável sobre o projeto de *Segurança Contra Incendio em Edifícios* (SCIE).

5. Enquadramento Urbanístico

5.1. No Plano Diretor Municipal publicado no *Diário da República*, 2.ª Série, n.º201, em 14.10.2015, através do *Aviso n.º11741/2015*, o imóvel objeto de intervenção localiza-se em solo classificado como *UI1 - Equipamentos* condicionado por *Zona de Geral de Influência a Património Arquitetónico Inventariado - Igreja Paroquial e Casa Paroquial (Facha)*.



Imagens SIG

5.2. As obras de remodelação e ampliação são viáveis por respeitarem os parâmetros urbanísticos da classe de solo UI1, nomeadamente o artigo 75.º, n.º3 do regulamento do PDM, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis à edificação, incluindo o devido enquadramento arquitetónico face às condicionantes patrimoniais em presença conforme parecer da DCHPA transcrito em 7.1.1.

5.2.1. Conforme artigo 75.º, n.º3, alínea d), a **operação urbanística está sujeita a aprovação em reunião de câmara.**

5.3. A memória descritiva justifica o enquadramento da intervenção nos parâmetros urbanísticos do regulamento do PDM.

5.4. O edifício tem acesso pela Rua da Igreja (E.M. 588) e pelo adro da Igreja Paroquial e arruamentos envolventes.

6. Análise regulamentar

6.1. São apresentados termos de responsabilidade da autora do projeto de arquitetura que atestam a sua conformidade com o aprovado pelas entidades externas consultadas.

6.2. De acordo com o projeto de arquitetura pretende-se acrescentar um piso ao licenciado, com a área de 243,10m².

6.3. O edificado em desconformidade com o projeto de arquitetura que resultou no alvará de autorização de utilização n.º149 emitido em 28.07.2008, está representado como a legalizar.

6.3.1. Pese embora a construção existente entre o “Salão Polivalente” e a Rua da Igreja conste no projeto de arquitetura do edifício caracterizado em 1.4.1., não foi incluído nas frações “A” e “B”, pelo que é igualmente indicado como a legalizar, procedimento que, porém, não retira o direito adquirido da pré-existência deferida nessa operação urbanística.

6.4. A declaração de responsabilidade da autora do projeto, nos termos do n.º8 do artigo 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

6.5. O plano de acessibilidades com representação da rede de espaços e equipamentos acessíveis está acompanhado de termo de responsabilidade da respetiva autora que atesta que a execução da *operação urbanística* se conforma com o Decreto-Lei n.º163/2006, de 8 de agosto, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, pelo que a câmara municipal fica igualmente dispensada da sua apreciação prévia conforme artigo 3.º, n.º2, desse diploma, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º136/2014, de 9 de setembro.

6.6. De acordo com o projeto, o *espaço de jogo e recreio*, existente, de apoio às atividades, será objeto de remodelação, sendo que o respetivo projeto de licenciamento, a elaborar nos termos do Decreto-Lei n.º309/2002, de 16 de dezembro, na sua atual redação, diploma que *regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e de divertimentos públicos*, será apresentado durante a execução das obras no edifício.

6.6.1. O pedido de licenciamento do referido espaço tem de ser organizado de acordo com o artigo 4.º, n.º2, alínea i) do RJUE e instruído conforme Portaria n.º113/2015, de 22 de abril, incluindo:

a) Parecer favorável da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), conforme artigo 9.º, n.º2, do Decreto-Lei n.º309/2002, de 16 de dezembro, na sua atual redação;

b) Certificado de inspeção elaborado por entidade acreditada pelo *Instituto Português de Acreditação, I.P.*, que ateste que são respeitados os requisitos essenciais de qualidade, designadamente os previstos no Decreto-Lei n.º203/2015, de 17 de setembro, diploma que publicou o *regulamento que estabelece as condições de segurança a observar na localização, implantação, conceção e organização funcional dos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento e superfícies de impacto*.

▪ Adverte-se que o *espaço de jogo e recreio* existente não cumpre o afastamento de 20 m à Rua da Igreja conforme artigo 7.º, n.º1, alínea b) do referido diploma pelo que tem de ser implementadas soluções técnicas eficientes de proteção contra o trânsito de veículos que resolvam essa limitação, a verificar pela referida entidade.

6.6.2. A concessão da autorização de utilização do referido espaço depende de vistoria do município e da ANEPC, nos termos do artigo 11º, n.º1, do Decreto-Lei n.º309/2002, de 16 de dezembro, na sua atual redação, cujo requerimento tem de ser acompanhado de cópia simples da apólice de seguro de responsabilidade civil, válida, por danos corporais causados aos utilizadores em virtude de deficiente instalação, manutenção, assistência ou vigilância nos espaços de jogo e recreio, respetivo equipamento, superfícies de impacto e mobiliário urbano no valor de 350.000,00 €, atualizado de acordo com o índice de preços no consumidor verificado no ano anterior, e publicado pelo *Instituto Nacional de Estatística, I. P.* conforme artigo 31.º, n.º2, do Decreto-Lei n.º203/2015 de 17 de setembro.

7. Pareceres internos – Registo E/37059/2020

7.1. Divisão do Centro Histórico, Património e Arqueologia (DCHPA), unidade orgânica consultada para parecer quanto à viabilidade da proposta face à sua localização na *Zona de Geral de Influência a Património Arquitetónico Inventariado - Igreja Paroquial e Casa Paroquial (Facha)*.

7.1.1. Em 16.09.2020 o técnico da DCHPA (Arq. Mário Louro) informa:

“ Informa-se no âmbito do Património Inventariado no PDMB, que a pretensão em referencia, com o processo nºE/37059/2020 de 26/08/2020, visa Remodelação e Ampliação ao Projeto de Licenciamento do Centro Social da Paroquia de Nogueira, do prédio sito na Rua da Igreja, em Nogueira, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial sob o nº451 e inscrito na matriz nº2142.

O processo encontra-se suficientemente instruído para análise técnica.

A pretensão localiza-se nas áreas de proteção de imóveis considerados Património Inventariado, II-153/33, com zona de proteção associada, denominado Igreja Paroquial e também da Casa Paroquial (Facha), II-154/33 com zona de proteção associada.

A Remodelação do Projeto apresentado, propõe a Ampliação Parcial de um piso sobre o edifício em referencia, duplicando a capacidade de resposta da creche, respeitando os alinhamentos e cêrcea existentes nomeadamente a altura do salão polivalente existente.

O novo volume ampliado não tem impacto relativamente á Igreja Paroquial, pois situa-se na ala sudoeste da Creche, do lado oposto á sua fachada lateral; relativamente á relação com a Casa da Facha, considerando a localização posterior, o afastamento entre construções, as cêrceas relativas e o facto existir somente confrontação de volumes lateralmente, julga-se pacifica a intervenção, sendo um prolongamento do existente com materiais não dissonantes.

Do ponto de vista do enquadramento arquitetónico da pretensão com o Património Inventariado em referência, o projeto enquadra-se na escala da envolvente construída e no adro da igreja, com materiais de acabamento de construção idênticos, pelo que nada a opor.

De acordo com a presente informação técnica, julga-se de emitir parecer favorável á pretensão em referência.”

7.2. Divisão de Planeamento, face à intervenção em UI1.

7.2.1. Em 16.10.2020 a chefe da *Divisão de Planeamento* (Arq. Filomena Farinhas) informa:

“ Identificação da Pretensão e âmbito do pedido de parecer técnico

1. Solicita-nos a DGU pronúncia face à inserção do pedido em Espaço de Uso Especial – Equipamento.

Análise técnica

2. Analisado o pedido concorda-se com o enquadramento feito no ponto 5 do I/43601/2020, pelo que nada mais temos a acrescentar.

Proposta de decisão

3. Remeta-se o processo à DGU para os devidos efeitos. “

7.3. Divisão de Mobilidade, para parecer no âmbito das competências dessa divisão nomeadamente ao nível da dotação de estacionamento e acessibilidades ao equipamento.

7.3.1. Em 06.11.2020 o técnico da Divisão de Mobilidade (Arq. Tiago Silva) informa:

“ Analisado o presente processo no âmbito das competências da Divisão de Mobilidade, entende-se pertinente efetuar as observações abaixo listadas.

1. O projeto contempla a alteração e ampliação do Edifício da Creche de Nogueira, situado junto à igreja da freguesia. Os elementos entregues não fazem referência à Área de Construção existente. Crê-se que os valores apresentados para o existente corresponderão à Área Útil. Constatase que a proposta prevê um aumento de 281,3m² de área útil (1187,8m² + 291,3m² = 1479,1m²). Considerase a alteração proposta insignificativa no que concerne a uma possível variação da adequação das condições de acesso e estacionamento existentes.

2. Contudo, no que concerne ao estacionamento, compreende-se a forte necessidade em disponibilizar lugares para tomada e largada de crianças neste tipo de equipamentos, bem como lugares de mobilidade reduzida, pelo que se entende, do ponto de vista técnico, que uma Operação Urbanística deste tipo deve procurar beneficiar o edifício a este nível.

3. Constatase que a área adjacente à igreja, no seu tardoz, situado junto à parcela da pretensão, a Nordeste da mesma, alberga alguns lugares de estacionamento informais, que presumivelmente darão resposta a esta necessidade, uma vez que o acesso principal à Creche é efetuado precisamente por esse ponto.

4. A pretensão cria um lugar de mobilidade reduzida na área referida no ponto anterior (tardoz da igreja).

(...)

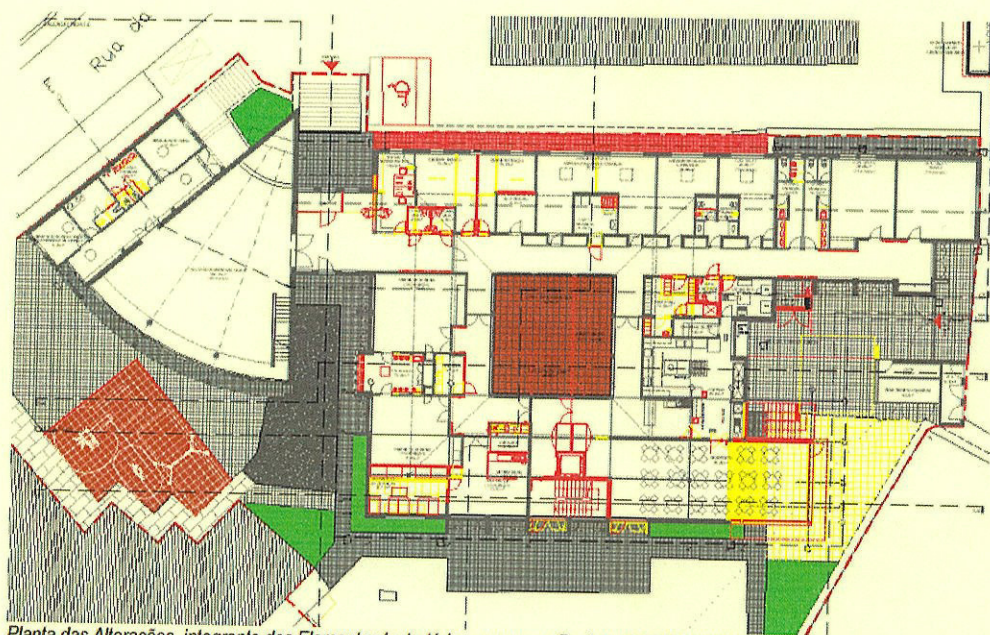
(...)

5. Ainda que se trate de uma parcela privada, considera-se esta solução algo desadequada, pois faz uso de um local que tradicionalmente se destina ao usufruto público e pedonal. Além disso, promove a concentração de veículos diretamente junto a um local de culto.

6. Propõe-se que o lugar de mobilidade reduzida passe a integrar a baía de estacionamento existente da Rua da Igreja (junto à fachada Norte do edifício da Creche) e que sejam propostos lugares de tomada e largada de crianças (seguindo as características dos lugares homólogos já existentes, lugares Kiss&Go), divididos entre essa mesma baía e o parque existente entre a igreja e o cemitério, em número adequado às necessidades.

7. Entende-se que a revisão solicitada em nada interfere com questões estruturantes do projeto, pelo que poderá integrar uma fase posterior do Licenciamento.

8. Tendo em conta o exposto, considera-se que o projeto, no que concerne à Divisão de Mobilidade, reúne condições para o deferimento. “



Planta das Alterações, integrante dos Elementos Instrutórios anexos ao Registo nº 37059/2020.

7.3.1.1. Em 10.11.2020 a chefe da Divisão de Mobilidade (Arq. Filipa Corais) informa:

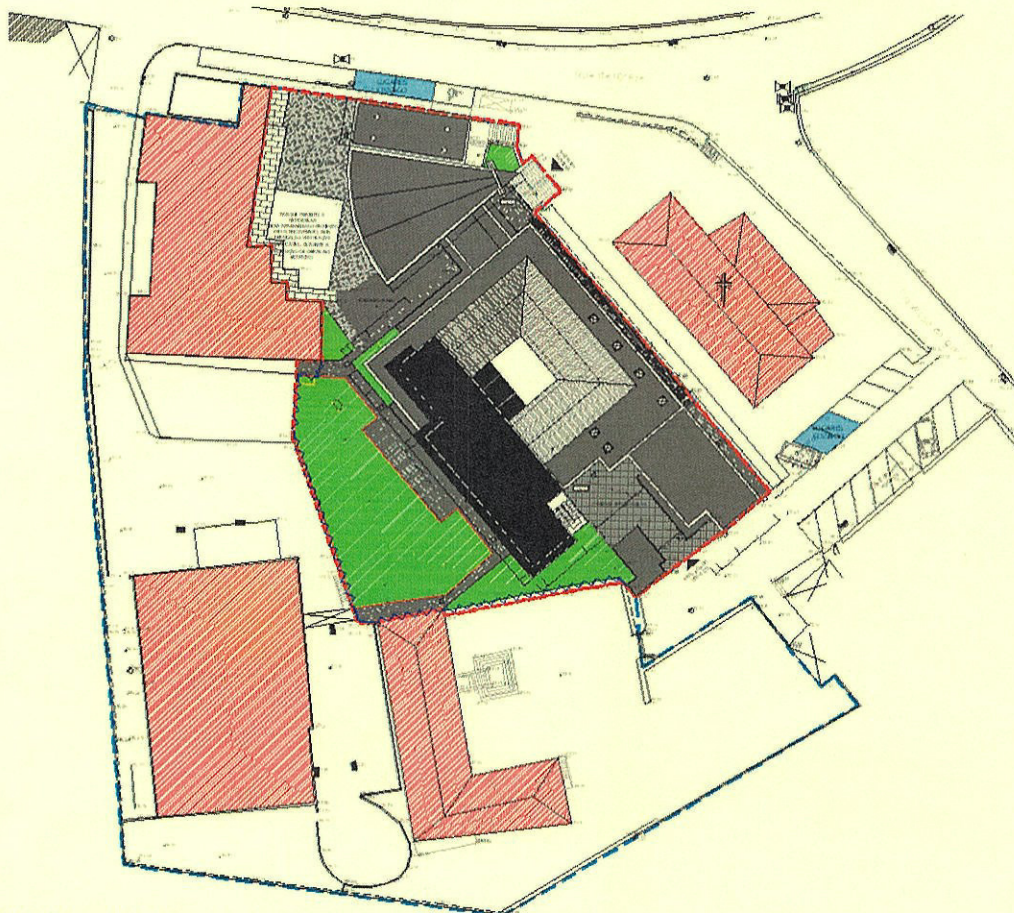
“Concorda-se com a informação do técnico da DM. Ao Sr. Eng. Diretor.”

7.3.1.2. Em 11.11.2020 o diretor do Departamento Municipal de Planeamento e Ordenamento Territorial - DMPOT (Eng.º Miguel Mesquita) informa: “Concordo com a informação da DM”.

8. Parecer interno – Registo E/55980/2020 - Divisão de Mobilidade

8.1. Em 11.12.2020 o técnico da Divisão de Mobilidade (Arq. Tiago Silva) informa:

“ Analisado o presente processo, verificou-se que os elementos entregues no Registo em apreciação dão resposta às questões enunciadas na informação antecedente da Divisão de Mobilidade, pelo que se considera que a proposta, no que a esta Divisão concerne, reúne condições para o deferimento. “



Planta integrante dos Elementos Instrutórios anexos ao Registo nº 55980/2020.

8.1.1. Em 12.12.2020 a chefe da Divisão de Mobilidade (Arq. Filipa Corais) informa:

“Concorda-se com a informação do técnico da DM. Ao Sr. Eng. Diretor.”

8.1.2. Em 14.12.2020 o diretor do Departamento Municipal de Planeamento e Ordenamento Territorial - DMPOT (Eng.º Miguel Mesquita) informa: *“Concordo com a informação da DM ”.*

9. Proposta

Face ao exposto **propõe-se**:

9.1. O deferimento do projeto de arquitetura condicionado à aprovação em reunião de câmara conforme artigo 75.º, n.º3, alínea d) do regulamento do PDM.

9.2. Que se notifique o requerente da condicionante do deferimento do projeto de arquitetura.

10. Especialidades

Caso o projeto de arquitetura seja aprovado em reunião de câmara, no prazo máximo de seis (6) meses a contar da data de notificação do respetivo deferimento, **tem de ser apresentados os projetos das especialidades infra descritos**, sob pena de suspensão do processo de licenciamento e posterior declaração de caducidade, de acordo com o artigo 20.º, n.º4 e 6, do RJUE:

10.1. Projeto de estabilidade;

10.2. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica e projeto de instalação de gás;

10.3. Projeto das redes prediais de abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas;

10.4. Projeto de águas pluviais;

10.5. Projeto de infraestruturas de telecomunicações;

10.6. Estudo de comportamento térmico e demais elementos previstos na Portaria n.º349-C/2013, de 2 de dezembro;

10.7. Projeto de condicionamento acústico;

10.8. Projeto de instalações eletromecânicas, incluindo as de transporte de pessoas e ou mercadorias.

11. Condicionamentos das obras

11.1. Instrução de pedido com os elementos descritos nos n.ºs 3 e 4 da Portaria n.º216-E/2008, de 3 de março, e do artigo 22.º, n.º4, alíneas c) e d) da Lei n.º31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, incluindo declaração do titular da apólice e declaração de responsabilidade do titular de alvará, conforme norma camarária.

11.2. Cumprimento em obra:

11.2.1. Da implementação das medidas descritas nos pareceres das entidades externas consultadas;

11.2.2. Do disposto no Decreto-Lei n.º220/2008, de 12 de novembro, na sua atual redação, relativamente à *Segurança Contra o Risco de Incêndio*, nomeadamente no que respeita às classes de resistência e reação ao fogo dos elementos e materiais de construção;

11.2.3. Dos requisitos previstos no Decreto-Lei n.º46/2008 de 12 de março para a gestão dos resíduos de construção e demolição (RCD), bem como efetuar e manter o registo de dados dos RCD conjuntamente com o livro de obra, de acordo com o modelo constante o anexo II do referido diploma.

11.3. Os trabalhos têm de encontrar-se concluídos antes do pedido de concessão da autorização de utilização.

12. Comunicação de início de trabalhos de obras precedidas de controlo prévio

De acordo com o artigo 80.º-A do RJUE conjugado com o artigo B-1/26.º, n.º1, do *Código Regulamentar do Município de Braga*, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos.

13. Condição para obtenção do alvará de autorização de utilização do edifício nos termos do RJUE

Licenciamento do espaço de jogo e recreio conforme descrito em 6.6.

Processo nº 2179/2020

Registo nº 55980/2020

Requerente: Centro Social da Paroquia de Nogueira

Local da Obra: Rua da Igreja - União das freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações

Nº Informação: 65926/2020

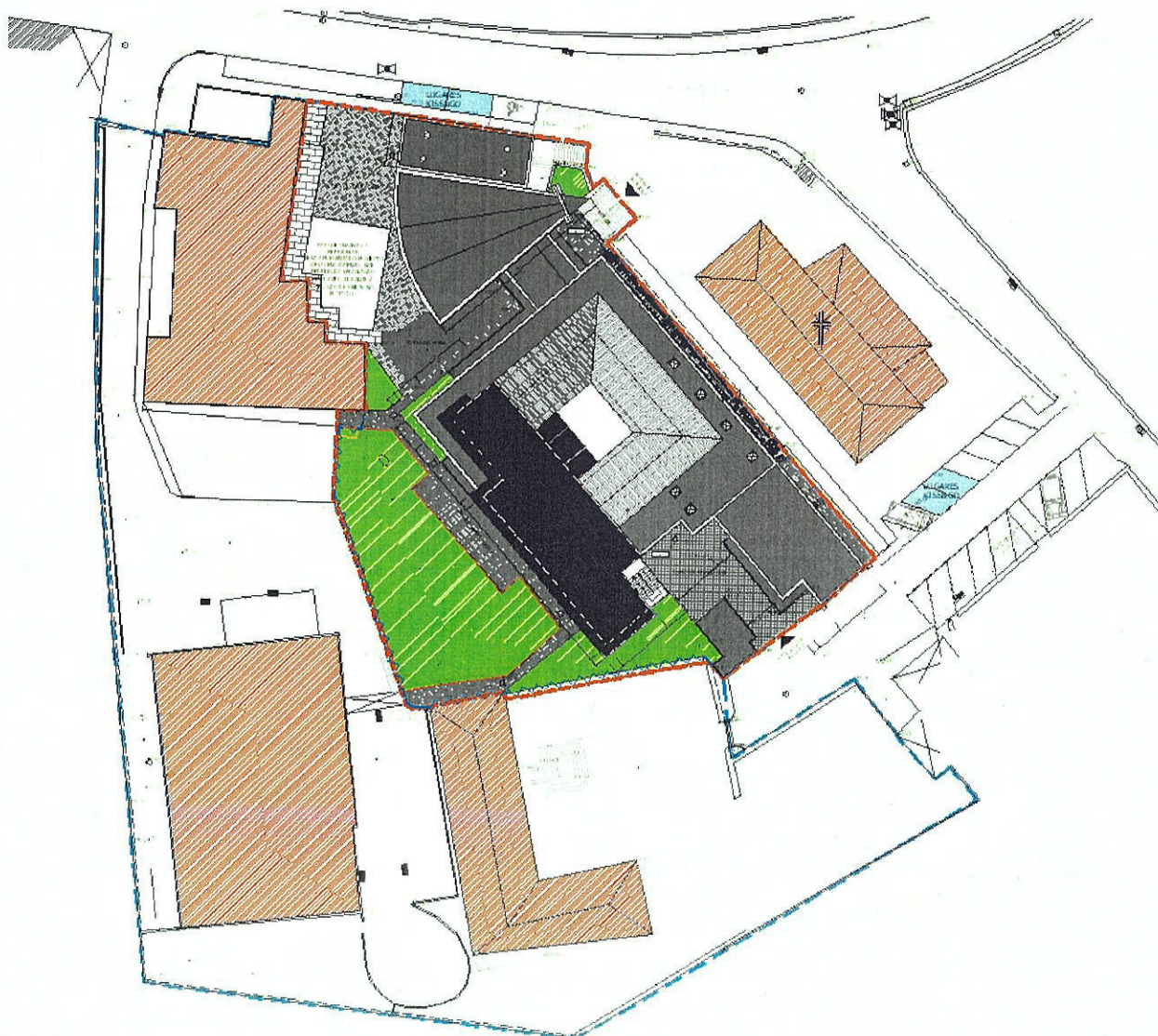
Data: 11/12/2020

Unidade Orgânica: Divisão de Mobilidade

Técnico Responsável:

Informação Técnica

Analisado o presente processo, verificou-se que os elementos entregues no Registo em apreciação dão resposta às questões enunciadas na informação antecedente da Divisão de Mobilidade, pelo que se considera que a proposta, no que a esta Divisão concerne, reúne condições para o deferimento.



Planta integrante dos Elementos Instrutórios anexos ao Registo nº 55980/2020.

OFICIO N.º: 24544 / 2020

DATA: 12/11/2020

LOCAL DA OBRA: RUA DA IGREJA

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE NOGUEIRA, FRAIÃO E
LAMAÇÕES

Exmo. Senhor

Centro Social da Paroquia de Nogueira

Rua da Igreja

4715-196 BRAGA

ASSUNTO | AUDIÊNCIA PRÉVIA DO INTERESSADO

Na sequência do despacho datado de 11/11/2020, do Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, com competência subdelegada por despacho do Vereador com o Pelouro do Planeamento, Ordenamento e Urbanismo, datado de 21/06/2018 e para efeitos do disposto no artigo 121.º, do CPA - Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei 4/2015, de 7 de janeiro, cumpre-me notificar V. Exa. da **intenção de indeferir o presente pedido**, pelos factos e fundamentos constantes da informação remetida em anexo.

De acordo com o referido no artigo 122.º, do mesmo código, poderá V. Exa. **pronunciar-se por escrito**, no prazo de **15 dias úteis**, a contar da presente notificação, podendo ainda consultar o processo acima identificado, na Secretaria de Apoio, da Direção Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento, através dos contactos indicados em rodapé.

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador,



(Miguel de Melo Bandeira (Prof.))